



**Ministério da Economia**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 13609.720368/2015-85

**Recurso** Voluntário

**Resolução nº** 1402-001.141 – 1<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 4<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma  
Ordinária

**Sessão de** 11 de agosto de 2020

**Assunto** IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ

**Recorrente** ALVES & COTA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - ME

**Interessado** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, **por unanimidade de votos**, converter o julgamento em diligência

(documento assinado digitalmente)

Paulo Mateus Ciccone - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Junia Roberta Gouveia Sampaio - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Marco Rogerio Borges, Leonardo Luis Pagano Goncalves, Evandro Correa Dias, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Carmen Ferreira Saraiva (suplente convocado), Paula Santos de Abreu, Luciano Bernart, Paulo Mateus Ciccone (Presidente)

## Relatório

Por bem descrever os fatos, adoto o relatório elaborado pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Fortaleza (CE). Ao final, farei as complementações necessárias.

A formalização dos autos decorreu da apresentação de manifestação de inconformidade pelo peticionante, fls. 11, em função do indeferimento à sua opção pelo regime tributário simplificado estabelecido pela Lei Complementar nº 123, de 2006, o Simples Nacional, concernente ao ano-calendário 2013.

De acordo com o Termo de Indeferimento da Opção pelo Simples Nacional, fls. 7, o motivo da negação foi a constatação das seguintes pendências fiscais (texto fotocopiado)

Fl. 2 da Resolução n.º 1402-001.141 - 1<sup>a</sup> Sejul/4<sup>a</sup> Câmara/2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
Processo nº 13609.720368/2015-85

<p><b>Lista de Débitos</b> 1)Débito - Código da Receita : 5338 Nome do Tributo : DIPJ-MULTAATRASO/FAUTA Período de Apuração: 02/07/2012 Saldo Devedor : R\$ 500,00</p> <p><b>Estabelecimento CNPJ: 03.625.493/0001-43</b> - Débito inscrito em Dívida Ativa da União (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), cuja exigibilidade não está suspensa. Fundamentação Legal: Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, art. 17, inciso V.</p> <p><b>Lista de Débitos</b> 1)Débito - Código da Receita : 4493 Nome do Tributo : COFINS Número do Processo : 13609500391201121 Número da Inscrição: 6061101904805 Data da Inscrição : 17/03/2011</p> <p>Os débitos foram listados em valor original.</p>
---

A data de registro do termo de indeferimento é de 09/02/2015, fls. 7, sendo o contribuinte considerado cientificado 15 (quinze) dias após essa data. Em sua contestação, fls. 11, apresentada em 09/03/2015, o contribuinte alega, em síntese:

- a) Débito Código de Receita 5338 – foi pago no dia 29/01/2015.
- b) Inscrição 6061101904805 – está parcelado conforme requerimento de parcelamento protocolo nº 06.1.13.00.1, em 12/01/2015, pago a 1<sup>a</sup> parcela em 07/01/2015, no valor de R\$ 727,12.

Em 13 de maio de 2016, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Fortaleza (CE), negou provimento à manifestação de inconformidade. A decisão recebeu a seguinte ementa:

**ASSUNTO: SIMPLES NACIONAL**

Ano-calendário: 2015

**OPÇÃO AO SIMPLES NACIONAL. PAGAMENTO/PARCELAMENTO EFETUADO APÓS O PRAZO.**

A não regularização das pendências impeditivas ao ingresso no Simples Nacional no prazo regulamentar impede a inclusão nesse regime especial de tributação.

Cientificada (AR fls. 42) a contribuinte apresentou o Recurso Voluntário de fls. 45/54, no qual reitera as alegações já suscitadas e requereu a juntada, em fase recursal, dos DARF's e comprovante de recolhimento de fls. 51/54

É o relatório

**Voto**

Conselheira Junia Roberta Gouveia Sampaio - Relatora

O recurso preenche os pressupostos legais de admissibilidade, motivo pelo qual, dele conheço.

Conforme exposto no relatório, trata-se de pedido de indeferimento de opção ao Simples Nacional em razão da existência de débitos com a Fazenda Nacional, cuja exigibilidade não estaria suspensa.

Fl. 3 da Resolução n.º 1402-001.141 - 1<sup>a</sup> Sejul/4<sup>a</sup> Câmara/2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
Processo nº 13609.720368/2015-85

A Recorrente alegou, em sua impugnação, que o débito relativo à multa por atraso na entrega da DIPJ teria sido pago e que o débito que gerou a inscrição em dívida ativa 6061101904805 teria sido parcelado.

A decisão recorrida, por sua vez, negou provimento com base das informações constantes dos sistemas da RFB, nos seguintes termos:

Analizando a documentação apresentada pela requerente, bem como os dados constantes dos sistemas dessa instituição fazendária, constata-se que:

a) Débito DIPJ-MULTAATRASO/FALTA – o recolhimento efetuado em 29/01/2015 amortizou R\$ 436,94 do débito, restando saldo devedor de R\$ 63,06 (fls. 19 a 20). Único recolhimento sob o código 5338 até 06/02/2015 (fl. 23).

b) Inscrição 6061101904805 – Conforme Despacho de Encaminhamento constante da fl. 22, a Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Sete Lagoas informa que “... não consta nas ocorrências da inscrição 60611019048-05 registro de parcelamento simplificado. Não estava com a exigibilidade suspensa em 31/01/2015”. A referida inscrição foi extinta por pagamento em 10/03/2015. Essa informação está em consonância com os dados do Sistema da Dívida Ativa – SIDA, abaixo reproduzida:

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS		DEVEDOR PARCELAMENTO		DEBUTOS VALORES		PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL		PROTÓTIOS	
Parâmetro: 60611019048				Número de Inscrição: 60 6 11 019048-05					
Número do Processo Administrativo: 13609 500391/2011-21				CPF/CNPJ: 03625493/0001-43					
Devedor Principal: ALVES & COTA COMERCIO & REPRESENTACOES LTDA-ME									
Órgão:	0611300	Data Limite:	30/01/2015	Data de Recepção:	08/01/2015	Data de Arrecadação:	07/01/2015	Pág. 1	
Banco/Agência:	3410832-5	Referência:	ANTECIPACAO - BDAR/SEQ-001/08	Valor Recolhido:	R\$ 727,12	Número de Arquivamento:	895017901610		
				Tipo de Crédito:	Pagamento (Demais sistemas)	Número Documento SENDA:			
Órgão:	0611300	Data Limite:	09/03/2015	Data de Recepção:	10/03/2015	Data de Arrecadação:	09/03/2015	Pág. 1	
Banco/Agência:	3410832-5	Referência:	INTEGRAL - BDAR/SEQ-001/02	Valor Recolhido:	R\$ 742,36	Número de Arquivamento:	895082900983		
				Tipo de Crédito:	Pagamento (Demais sistemas)	Número Documento SENDA:			
Órgão:		Data Limite:		Data de Recepção:		Data de Arrecadação:			
Banco/Agência:		Referência:	- BDAR/SEQ-	Valor Recolhido:		Número de Arquivamento:			
				Tipo de Crédito:		Número Documento SENDA:			
Mensagem da página da web <div style="text-align: center;"> <b>Não existem Parcelamentos nesta inscrição.</b> </div>									
<a href="#">Ajuda</a>   <a href="#">Inic. Anterior</a>   <a href="#">Prox. Inscrição</a>   <a href="#">Pág. Anterior</a>   <a href="#">Pág. Seguinte</a>   <a href="#">Voltar</a>									

Com efeito, considerando-se que o prazo para sanar eventuais pendências impeditivas para ingresso no Simples Nacional em 2015 foi até 06/02/2015, conforme Nota Técnica Codac – Nota Simples Nacional nº 001/2015, não há como acolher a pretensão da defesa para opção por essa sistemática a partir de 1º de janeiro do referido ano. Em sua defesa, alega a Recorrente que o débito apontado, já teria sido pago antes mesmo da inscrição em dívida ativa, conforme comprovado pelos DARF's juntados às fls. 11/17.

No entanto, o DARF juntado pela Recorrente às fls. 8 foi recolhido em 07/01/2015. No mencionado DARF consta, como número de referência, exatamente, o número da inscrição em dívida ativa que constava como impedimento. Além disso, a contribuinte juntou às fls. 9 comprovante do Requerimento de Parcelamento da Dívida Ativa protocolado em 12/01/2015.

Além disso, em fase recursal, a Recorrente fez a juntada dos DARF's de fls. 51 onde consta o recolhimento da multa por atraso na entrega da DIPJ, bem como da diferença de R\$ 63,00 apontada na decisão recorrida.

Como atesta a própria decisão recorrida, embora os sistemas não tivessem registrado o parcelamento a referida inscrição foi extinta por pagamento em 10/03/2015. Além disso, na tela juntada pela decisão recorrida, relativa à referida inscrição em dívida ativa consta um “pagamento” no montante de R\$ 727,12, realizado em 07/01/2015. O valor e data ali

Fl. 4 da Resolução n.º 1402-001.141 - 1<sup>a</sup> Sejul/4<sup>a</sup> Câmara/2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
Processo nº 13609.720368/2015-85

mencionados correspondem, exatamente, a primeira parcela do parcelamento alegado pela Recorrente.

Sendo assim, o processo não se encontra em condições de julgamento, motivo pelo qual, proponho sua conversão em diligência para que a unidade de origem informe, os DARF's juntados em fase recursal correspondem à multa apontada como impedimento à opção pelo simples nacional, bem como que seja confirmado, junto à Procuradoria da Fazenda Nacional, se o parcelamento foi efetuado e, se positivo, quando foi quitada a primeira parcela, manifestando-se por meio de relatório conclusivo.

Em seguida, intime o contribuinte para, querendo, se manifestar.

(Assinado digitalmente)

Júnia Roberta Gouveia Sampaio.